



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO ESTADO DE GOIÁS**

**PERÍODO 2016-2018
(14ª REVISÃO)**

**LEI Nº 9.496, DE 11/09/97
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 67/98
CONTRATO Nº 007/98 STN/COAFI, DE 25/03/1998
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DE GOIÁS**

A stylized handwritten signature in black ink.

Goiânia-GO, 24 de junho de 2016

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DE GOIÁS

APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a 14ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado de Goiás (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 007/98 STN/COAFI (Contrato), de 25 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 67/98. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima quinta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2016 a 2018.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; e na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Estado.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. O Estado de Goiás, nos últimos anos, promoveu ações que resultaram na evolução positiva das finanças públicas, possibilitando o cumprimento do Programa no período de 2005 a 2014. Em 2010, no entanto, houve descompasso na gestão orçamentária e financeira, ocasionado, em grande parte, pela CELG Distribuição S/A – CELG D, a qual deixou de recolher aos cofres do Tesouro do Estado parte significativa do ICMS devido, comprometendo a realização da meta do resultado primário pactuado no Programa. No entanto, diante do compromisso do governo atual com o reequilíbrio das finanças estaduais, foi concedido ao Estado o perdão pelo descumprimento das metas pactuadas para 2010. Em resposta a este voto de confiança à atual Gestão, o Estado realizou um grande esforço em 2013 e 2015, que possibilitou alcançar os resultados primários de R\$ 526 milhões e de R\$ 512 milhões, e em 2014 conseguiu limitar o resultado em R\$ -279 milhões.
5. Sobre a situação financeira do Estado nos últimos anos, relatamos:
- a evolução do resultado primário alcançado pelo Estado nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 de R\$ 526 milhões, de R\$ -279 milhões e de R\$ 512 milhões, respectivamente, demonstra o compromisso do Estado com uma gestão financeira voltada para o alcance do equilíbrio financeiro e a promoção do ajuste das contas públicas;
 - a receita bruta do Estado alcançou no período 2013 a 2015, R\$ 16.909 milhões, de R\$ 18.695 milhões e R\$ 19.868 milhões, respectivamente, o que representa uma variação nominal de 10,56% (2013-2014) e de 6,28% (2014-2015). A receita de arrecadação própria, expressa em valores nominais, apresentou incremento de 10,30% (2013-2014) e de 5,58% (2014-2015), alcançando montantes de R\$ 13.558 milhões em 2013, de R\$ 14.954 milhões em 2014 e de R\$ 15.789 milhões em 2015. Esse resultado foi determinado, principalmente, pelo desempenho da receita do ICMS, item com a maior participação na composição da receita de arrecadação própria, com crescimento de 9,86% (2013-2014) e de 4,25% (2014-2015);
 - as despesas não financeiras do Estado no período em análise apresentaram variação de 17,30% (2013-2014) e 1,46% (2014-2015). Do total de despesas não financeiras, em 2015, 64,70% correspondem ao custeio de pessoal e encargos sociais (ativos e inativos), 26,58% a outras despesas correntes (custeio) e 7,07% a investimentos. Nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 as relações das Despesas com Pessoal / RCL foram de 59,78%, de 60,58% e de 63,84% respectivamente;
 - com a edição da Lei Complementar nº 66/2009 (criação da Goiás Previdência – GOIASPREV), foram abrangidos pelo novo sistema de previdência os servidores civis e militares do Poder Executivo e demais poderes (Poder Legislativo, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Poder Judiciário e Ministério Público), porém ainda não houve a operacionalização da efetivação dos demais poderes ao sistema. Objetivando reduzir o déficit previdenciário, o Estado aprovou a Lei complementar nº 100/2012 que alterou as alíquotas previdenciárias de 11,00% para 13,25% da contribuição dos servidores e de 22,00% para 26,50% a patronal, reduzindo o déficit mensal em aproximadamente R\$ 10 milhões. Também foi criado o Fundo Previdenciário no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com a finalidade de fazer a segregação de massa, e passar a capitalizar recursos dos servidores que ingressaram no Estado a partir de janeiro de 2013, em atendimento ao Ministério da Previdência;
 - o estoque da dívida financeira em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 17.880 milhões. A receita líquida real, a preços de dezembro de 2014, alcançou R\$ 14.323 milhões, que resultou na relação dívida financeira / RLR de 1,25. Tal relação vem mostrando trajetória decrescente nos últimos anos, pois a proporção de 1,25 auferida em 2015 é inferior às demonstradas nos anos de 2013 e 2014, de 1,41 e 1,36, respectivamente; e

- f. o Estado, através da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, implementou nova estrutura administrativa com objetivo de tornar a gestão governamental mais ágil e eficiente, visando atender todas as demandas da sociedade goiana. Com a finalidade de reduzir as despesas correntes, foi criada, através do art. 22 da referida Lei, a Junta de Programação Orçamentária e Financeira, a qual compete acompanhar toda a execução orçamentária e financeira, desde a elaboração até a liberação da despesa. Quanto ao monitoramento de riscos fiscais, em especial os Precatórios, foi criada uma Gerência para acompanhamento, vinculada à estrutura administrativa da Procuradoria Geral do Estado. Também foi firmado, com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, convênio definindo as atribuições de cada Poder, além da publicação de decreto regulamentando o pagamento de precatórios com base na EC. 62/2009.
6. Cumpre ressaltar que o Estado vem empreendendo medidas visando o controle dos gastos e o incremento das receitas, destacando-se a transferência ao setor privado, por meio de parcerias, de atividades realizadas atualmente pelo Governo Estadual (centros de atendimento – vapt-vupt –, presídios, transporte metropolitano, hospitais e escolas) e revisão de programas de incentivos fiscais.

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

7. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Estado voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, limitar os atrasos / deficiências em 2016, 2017 e 2018 aos valores constantes no Anexo I.
8. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1998 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento.



3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO DÍVIDA / RECEITA LÍQUIDA REAL		
EXERCÍCIO	INFERIOR	SUPERIOR
2016	1,32	1,35
2017	1,21	1,24
2018	1,08	1,12

9. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória acima especificada.
10. A trajetória inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2015. A trajetória superior acresce à dívida da trajetória inferior os efeitos financeiros das operações de crédito a contratar referidas no Anexo V. A consideração de operações de crédito a contratar na trajetória superior do Programa **não significa anuência prévia da STN**, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2016	2017	2018
432	991	1.326

11. A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado não poderá superar, para cada exercício, os montantes de atrasos / deficiência referidos no Anexo I do Programa.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

DESPESAS COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM %		
2016	2017	2018
60,00	60,00	60,00

12. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida (RCL), fontes tesouro, segundo os conceitos expressos no TET. Embora as projeções de

comprometimento da RCL com despesas de pessoal indiquem índices acima da meta (63,06%, 62,69% e 61,57% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente), o Estado deverá observar o limite referido, visando a manutenção do enquadramento alcançado em 2013.

13. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.
14. Com vistas à observância dos valores programados das despesas com pessoal nos próximos três anos, o Estado vem adotando ações que visam reduzir os gastos com pessoal, podendo ser citados: implantação e migração para o Sistema de Gestão de Recursos Humanos – RHNet – prevista para 2016; contratação de consultoria pelo Estado para promover a auditoria da folha de pagamento, que prevê a modernização do sistema informatizado de administração de recursos humanos; recadastramento de todos os servidores, revisão de documentos e assentamentos cadastrais; parcelamento de data base (2013 e 2014); reforma administrativa (Leis nºs 18.687 e 18.746 de 2014) com a extinção de seis secretarias, duas agências, 5,4 mil cargos comissionados e 9,5 mil contratos temporários com expectativa de economia de R\$ 314 milhões com o enxugamento promovido pela referida reforma; extinção de 3.300 cargos em comissão; edição do Decreto nº 8.320/2015, o qual estabeleceu medidas de contenção de gastos com pessoal, instituindo ainda a implantação do Sistema de Registro de Ponto Eletrônico no âmbito do Poder Executivo; e edição da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual que propõe um percentual máximo igual a 55% da Receita Corrente Líquida para as despesas com pessoal, o limite de 10% das despesas totais com pessoal do Poder Executivo para os gastos com cargos em comissão e contratos temporários, condicionando o incremento nesse tipo de contratação e os aumentos e reajustes salariais ao desempenho das receitas.

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2016	2017	2018
16.980	18.269	19.639

15. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas discriminadas no TET.
16. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, estão sendo implementadas várias medidas capazes de promover um salto quantitativo e qualitativo nos resultados da arrecadação estadual, entre as quais se destacam:
 - a. aprimorar os mecanismos do Grupo de Proteção à Ordem Tributária (GPROT), com o objetivo de implementar, de forma conjunta e integrada, ações no âmbito do Estado de Goiás, visando à agilização da execução fiscal e ao combate à sonegação fiscal;
 - b. intensificar a atuação dos Núcleos Jurídicos Regionais que tem como principal atribuição a promoção da interação e aproximação da fiscalização tributária com o Ministério Público, Poder Judiciário, Procuradoria do Estado e Polícia Civil, sendo responsáveis pelas seguintes tarefas:
 - preparar e instruir as representações fiscais para encaminhamento ao órgão competente;
 - receber as solicitações ou requisições das autoridades oficiais, providenciar a execução prioritária da respectiva diligência e acompanhar as tarefas até a conclusão do procedimento;

- requerer, por meio de expediente próprio, aos órgãos competentes, a proposição de medidas judiciais urgentes, acautelatórias ou outras que visem a resguardar os interesses da fiscalização ou da administração tributária;
 - formalizar solicitações ou requisições às autoridades policiais para, conforme o caso, prestar auxílio à fiscalização ou instaurar inquérito nas hipóteses de crimes conexos relacionados com a atividade fiscalizadora; e
 - executar a análise da viabilidade de se proceder ao arrolamento administrativo de bens e direitos dos contribuintes com débitos superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e cujos autos de infração tenham pelo menos um solidário.
- c. manutenção do convênio entre o Estado de Goiás e a SERASA para a disponibilização das informações relativas à Dívida Ativa da Fazenda Pública Estadual no banco de dados da SERASA, com a melhoria constante da segurança e das funcionalidades do sistema informatizado da SEFAZ-GO, onde são realizadas as respectivas inclusões e/ou exclusões de apontamentos. Está, também, programada a finalização dos procedimentos para se efetuar o protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa;
- d. execução pela Gerência de Recuperação de Créditos (GERC) das seguintes melhorias na cobrança dos créditos tributários:
- realização de contatos multimeios (e-mail, malas-diretas, telecobrança) com o sujeito passivo inadimplente com a Fazenda Pública Estadual, objetivando a cobrança do crédito tributário em diversas fases do processo e, também, de parcelas em atraso do crédito parcelado;
 - intensificação da cobrança do IPVA pelos meios disponíveis, culminando com a inscrição em dívida ativa e inclusão do nome do devedor na SERASA em caso de não pagamento;
 - descentralização do procedimento de cobrança com a implantação de núcleo de cobrança nas 12 (doze) Delegacias Regionais de Fiscalização, com a coordenação geral centralizada na GERC;
 - estudo quantitativo e qualitativo do crédito tributário definitivamente constituído, visando o mapeamento dos créditos passíveis de recebimento a curto e médio prazo, e uma melhor gestão da dívida ativa; e
 - promover o saneamento dos processos antes da inscrição em dívida ativa e na SERASA, buscando dar efetividade à futura execução fiscal e à cobrança administrativa.
- e. criação de um Programa de Revitalização Empresarial que venha estabelecer condições facilitadoras na quitação de débitos inscritos em dívida ativa, preservando a função social e econômica das empresas e propiciando aumento na arrecadação do Estado;
- f. aperfeiçoamento de sistema de busca automatizada de bens nas bases de dados do DETRAN, DENATRAN, AGRODEFESA e na DOI (Declaração de Operações Imobiliárias) assegurando maior eficiência para as execuções fiscais, sendo que todo o procedimento é efetuado em parceria com a Procuradoria Tributária da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), possibilitando, via sistema, a consulta diretamente pelos Procuradores;
- g. ampliação do processo de modernização da fiscalização de mercadorias em trânsito, buscando soluções que permitam detectar remotamente situações de irregularidade no transporte de mercadorias, com a utilização de recursos de informática que, pautados no uso inteligente das informações, tornem possível a realização do registro de passagem automatizado, por meio da integração de um sistema de monitoramento de veículos por leitores automáticos de placas com tecnologia OCR, com os diversos sistemas utilizados

pela SEFAZ. Está configurada a utilização de 62 faixas de monitoramento nas rodovias estaduais e mais outras 62 faixas de monitoramento nas rodovias federais;

- h. reestruturação do PROJETO TRANSPORTADORAS, de forma a permitir o monitoramento mais eficaz das transportadoras, especialmente daquelas localizadas em Goiânia e Aparecida de Goiânia utilizando-se da tecnologia OCR acima explicitada;
- i. alimentação de banco de dados de contribuintes do ICMS e desenvolvimento de uma plataforma de identificação de operações e prestações de serviço suspeitas por meio da análise permanente dos perfis dos remetentes e destinatários de mercadorias constantes dos documentos fiscais;
- j. ampliação e aperfeiçoamento do programa específico de auditoria de grandes empresas pelas gerências especializadas de fiscalização, monitoramento e auditoria. O programa consiste no tratamento das informações prestadas pelas empresas dos respectivos segmentos, com o objetivo de sistematização e automação do processo de fiscalização destes setores, visando ganho de produtividade e eficiência do trabalho de auditoria fiscal, possibilitando a auditoria de maior número de empresas. Também, encontra-se em desenvolvimento o projeto de Classificação Tributária de Mercadorias (CTM), cuja funcionalidade facilitará sobremaneira a identificação de irregularidades no cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes;
- k. o Estado de Goiás continua participando efetivamente da equipe técnica nacional para o constante desenvolvimento dos documentos fiscais eletrônicos, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Nota Fiscal Avulsa Eletrônica (NFA-e) e por último a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e). Desde o início do exercício de 2013 a SEFAZ-GO recebe diariamente mais de 300.000 documentos fiscais eletrônicos, o que permite um controle mais efetivo da circulação de mercadorias, bem como facilita a utilização de suas informações nos trabalhos de auditoria fiscal;
- l. a escrituração fiscal digital (EFD), subprojeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. Dentre os benefícios da EFD estão a redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas, redução do tempo despendido com a presença de auditores-fiscais nas instalações do contribuinte, simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação), fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias, rapidez no acesso às informações, aumento da produtividade fiscal com a eliminação dos passos para coleta dos arquivos, melhoria da qualidade da informação e aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- m. celebração de convênio entre a Secretaria da Fazenda e a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) que possibilitou a integração da fiscalização exercida pelas mesmas e dos respectivos bancos de dados, propiciando ganho exponencial na qualidade do controle das operações com gado em Goiás. A SEFAZ-GO tem disponíveis as movimentações e os saldos diários de gado da quase totalidade dos contribuintes inscritos. 100% (cem por cento) das Guias de Trânsito de Animais (GTA) são emitidas por meio eletrônico pela AGRODEFESA. A eficiência do sistema está justamente na obrigatoriedade de se constar o número da GTA na Nota Fiscal Avulsa (NFA), hipótese

que a quantidade do gado constante da GTA tem que ter a correspondente quantidade de gado com a NFA emitida que é lançada automaticamente no programa Conta Corrente de Gado;

- n. fiscalização das empresas com a utilização das informações recebidas das administradoras de cartão de crédito, com base na Lei nº 16.170, de 11/12/07, que tornou obrigatória a entrega das informações das vendas efetuadas pelos contribuintes quando o meio de pagamento é o cartão de crédito. Estas informações são confrontadas com aquelas obtidas no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples (PGDAS), com as informações oriundas da Escrituração Fiscal Digital, Declaração Periódica de Informações (DPI entregue até 2011) e subsidiariamente com as informações da Nota Fiscal Eletrônica e do arquivo magnético do SINTEGRA;
- o. Controle especial, exercido pelas Gerências Especializadas de Fiscalização, sobre a arrecadação das empresas integrantes de grupos econômicos, como dos setores de combustíveis, telecomunicações, energia elétrica, substituição tributária, atacado, indústria, varejo e serviços;
- p. permanente trabalho de repressão à prática de evasões fiscais com o desenvolvimento de novas malhas e aprimoramento das já existentes por meio da análise dos indicadores mais indiciários do ponto de vista do controle fiscal, comparativo setorial, tais como: margem de lucro bruto; rotatividade de estoque; aproveitamento a maior de créditos outorgados de ICMS; alíquotas médias de ICMS (de entradas e de saídas), etc.;
- q. ampliação da utilização da ferramenta BO - BUSINESS OBJECTS que permite o acesso às informações armazenadas nas diversas bases de dados da SEFAZ-GO, possibilitando o cruzamento de informações dos diversos sistemas, facilitando o teste de hipóteses, a contextualização das empresas dentro da categoria econômica e a detecção de erros e irregularidades, permitindo a visualização gerencial dos dados na tomada de decisão;
- r. intensificação das ações da Gerência de Inteligência Fiscal com atribuições de identificação e combate a fraudes fiscais estruturadas de alto potencial lesivo ao erário estadual. Constante interação com órgãos externos e departamentos de inteligência de outros Estados, planejando e articulando ações integradas de combate aos crimes contra a ordem tributária. As informações geradas resultam em ações conjuntas, cujos objetivos podem ser de ordem reparadora, repressora ou educativa, ocasionando também um aumento espontâneo da arrecadação;
- s. aplicação da legislação tributária recentemente atualizada no tocante ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, definindo com clareza as hipóteses de incidência e detalhamento de novos fatos geradores, dando segurança jurídica para as exigências tributárias;
- t. consolidação do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) como um canal seguro e eficiente de comunicação - acessível via Internet - através do qual os contribuintes se habilitam, mediante credenciamento prévio, a receberem por meio eletrônico, comunicações, avisos, notificações ou qualquer outro tipo de mensagens enviadas pela SEFAZ-GO, dispensando a necessidade de comunicação via correio;
- u. implementação e desenvolvimento do novo Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF que foi concebido para ser uma ferramenta destinada ao gerenciamento das atividades de fiscalização, de forma a assegurar a integração de seus processos e etapas, a sistematização dos procedimentos envolvidos, a otimização dos recursos disponíveis, e o controle sobre os resultados da arrecadação dos tributos estaduais, a partir das diretrizes e ações propostas em planejamento estratégico dos órgãos componentes da Receita Estadual; e



- v. consolidação da nota Fiscal Goiana, programa que, por meio da distribuição de prêmios e descontos de IPVA, visa incentivar os cidadãos a solicitar a inclusão do CPF na emissão do documento fiscal no ato de suas compras, bem como conscientizá-los sobre a importância social do tributo na construção de um Estado comprometido com a prestação de serviços públicos qualificados.

META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

17. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:

- a. No âmbito do processo de desestatização da CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG-D, o Estado se compromete a efetuar amortização extraordinária de dívidas com a União no montante correspondente a 50% de sua participação (por intermédio da Companhia CELG de Participações – CELGPAR) em eventual ágio que venha a ser auferido no processo;
- b. ampliar estrutura técnico-institucional no âmbito do Poder Executivo Estadual para realizar a adequada gestão contábil, de forma a possibilitar:
- ✓ a observância integral às normas contidas na edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – nos prazos previstos nos arts. 11 a 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013;
 - ✓ a instituição ou a coordenação de Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado – GTCON – destinado a manter diálogo permanente com os responsáveis pela gestão contábil dos órgãos e entidades estaduais, de forma a reduzir divergências e duplicidades em benefício da transparência da gestão contábil, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a identificação, avaliação e o registro dos bens do ativo imobilizado e intangível do Estado;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a integração do sistema contábil com os sistemas tributário, arrecadação, gestão da dívida ativa, patrimônio, gestão de pessoas, gestão de contratos, previdência, gestão de fornecedores e demais sistemas que possuem relação com os registros contábeis, de forma a garantir a tempestividade e integridade do registro contábil;
 - ✓ o envio das contas anuais previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI –, no padrão definido em normativo da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - ✓ a observância dos padrões mínimos de qualidade para o sistema integrado de administração financeira e controle estabelecidos pelo Poder Executivo da União por meio do Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010 nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
 - ✓ a observância das regras e procedimentos constantes da edição vigente do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF–;
 - ✓ a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP –, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC –;
 - ✓ a atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP –, conforme publicações anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –;
 - ✓ a observância às regras de contabilização do RPPS, conforme orientações conjuntas da STN e do Ministério da Previdência Social – MPS –.

- c. manter atualizado o SICONFI, de acordo com os normativos vigentes;
- d. implementar sistema de custos que:
 - I. permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão;
 - II. permita mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública estadual; e
 - III. forneça informação comparável com outras unidades da federação.
- e. limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 30,49% em 2016, 30,22% em 2017 e 29,91% em 2018, conforme o Anexo I;
- f. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- g. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda – SEFAZ – e de Gestão e Planejamento – SEGPLAN –, da Controladoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Estado e de outras que vierem a ser consideradas indispensáveis, conforme Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011;
- h. encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte – Relatório do Programa –, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas; e
- i. divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

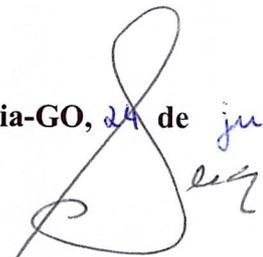
DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2016	2017	2018
8,48	5,80	5,81

- 18. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados acima.
- 19. Em caso de eventual frustração das fontes de financiamento, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

20. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET e no Programa de Trabalho.
21. A avaliação preliminar do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente até 30 de junho, conforme metodologia e critérios estabelecidos no TET.
22. Em 2017, o Estado poderá manifestar interesse em não revisar o Programa. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2017-2019, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
23. Em 2018, o Estado deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2018-2020. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa em 2018 equivale ao descumprimento das seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
24. O Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula segunda, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
25. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
26. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Estado de Goiás subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Goiânia-GO, 24 de junho de 2016.


MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Governador do Estado de Goiás

